

# Concluídas discussões sobre Trabalho Migratório Agrícola

**Terminou na tarde de segunda-feira, em Maputo, a primeira reunião da Comissão Técnica Conjunta entre Moçambique e a África do Sul sobre o trabalho migratório agrícola.**

Foi a primeira vez que autoridades dos dois países discutiram em detalhe, os problemas dos trabalhadores moçambicanos nas herdades sul-africanas.

Um porta-voz da Secretaria de Estado do Trabalho, disse à AIM que a reunião havia abordado três categorias em que se encontram divididos os trabalhadores moçambicanos agrícolas naquele país.

As três categorias são: a primeira, dos que se encontram legalmente; a segunda, dos cujos documentos caducaram; e a última, a dos emigrantes clandestinos.

Uma série de propostas foram elaboradas pela comissão, muito embora esta não tenha nenhum poder de decisão. Foi sugerido que seja aberto um posto em Nelspruit, no Transvaal Oriental, onde trabalhadores agrícolas moçambicanos poderiam renovar os seus contratos.

Foi definido que a contratação de novos trabalhadores seja feita em Moçambique, por uma agência estatal moçambicana e que as taxas a serem pagas pela África do Sul por este serviço, nunca alteradas em 20 anos, devem ser aumentadas.

O mesmo porta-voz acrescentou que a parte moçambicana gostaria que os seus trabalhadores agrícolas na Áfri-

ca do Sul recebessem um treino profissional que lhes garantisse um certificado indicando as actividades desenvolvidas na África do Sul, com vista a facilitar a sua colocação em Moçambique.

A comissão discutiu igualmente, questões relacionadas com pensões e indemnizações. Moçambique encontra-se a fazer um estudo sobre a legislação sul-africana nessa matéria.

Outras questões discutidas dizem respeito aos pagamentos dos trabalhadores, assistência sanitária, e ao repatriamento dos corpos de trabalhadores moçambicanos, em caso de morte.

Respondendo a uma pergunta posta por um jornalista da Rádio sul-africana (SABC) sobre se uma eventual imposição de sanções contra a África do Sul não afectaria os interesses dos emigrantes moçambicanos, o chefe da delegação do nosso País, Dr. Adolfo Justino, Director Nacional de Justiça no Trabalho, afirmou que os acordos bilaterais deverão ser respeitados.

**— Vamos disciplinar a situação para que nenhum trabalhador moçambicano se encontre ilegalmente na África do Sul ou que trabalhadores sejam expulsos devido à situação interna naquele país — disse.**

A comissão conjunta vai reunir novamente em Março próximo, em Nelspruit. Uma reunião entre o Secretário de Estado do Trabalho, Aguiar Mazula, e o Ministro do Trabalho da África do Sul, Du Plessis, está marcada para Maio próximo, na Cidade do Cabo.

O número total de moçambicanos nas farmas sul-africanas não é conhecido com exactidão, dado que muitos emigrantes entraram ilegalmente na África do Sul. Em 1983, o regime sul-africano afirmava que 18 000 moçambicanos trabalhavam ilegalmente nas herdades agrícolas do Transvaal Oriental.

O processo de legalização dos emigrantes moçambicanos no sector agrícola sul-africano iniciou-se em 1982. Até à data, 3000 emigrantes regularizaram a sua situação.

A delegação da África do Sul para o encontro foi liderada por P. Van Der Merwe, Director-Geral do Departamento de Mão-de-Obra. A delegação era composta por 10 elementos, incluindo representantes de associações agrícolas, do Departamento do Interior, do Departamento do Desenvolvimento Constitucional e Plano, e da Polícia sul-africana.

Liderando a delegação moçambicana, esteve Adolfo Jorge Justino, Director Nacional das Relações de Trabalho. Ele era acompanhado por outros altos funcionários da Secretaria de Estado do Trabalho.